

ACP lança campanha contra privatização das empresas públicas

O Brasil não está à venda! Junte-se a nós na defesa do patrimônio brasileiro!

II A ACP está em campanha contra a privatização e em defesa da Eletrobrás, Petrobrás, Correios, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e de todas as empresas públicas brasileiras. Lançada no mês de junho, a campanha visa conscien-

tizar a população sobre o grande desmonte que as privatizações trará ao país.

O projeto neoliberal de Estado mínimo entrega, para a iniciativa privada, as empresas públicas brasileiras que atuam

em setores estratégicos como energia, petróleo e gás, comunicações e bancos públicos fere a soberania nacional e retira investimentos fundamentais na garantia de direitos básicos, como educação, saúde, segurança pública, assis-

tência social e moradia.

O financiamento da educação e saúde através do Fundo do Pré-Sal é um exemplo de investimento social gravemente ameaçado. Com o Governo Federal entregando a exploração

dos campos de petróleo do Pré-Sal para empresas internacionais, o dinheiro que iria para os serviços públicos já não existe mais.

É fundamental enfrentar esse projeto que acaba com as chances de cres-

cimento social e econômico para nosso país e aos brasileiros e brasileiras. A maior vitória de uma nação é garantir dignidade ao seu povo.

ACP - desde 1952, nossa luta não para!

ACP contra a privatização!
O Brasil não está à venda!

Não à retirada de recursos da Educação, Saúde, Segurança Pública e Assistência Social

PRIVATIZAR



Nossa luta não para!



Inscrições para '11ª Copa Saúde Cassems de Futebol Society' começaram no dia 2 de julho

Fotos/Arquivo

A décima primeira edição da "Copa Saúde Cassems de Futebol Society" dará seu pontapé inicial no dia 19 de agosto e as equipes interessadas já podem fazer suas inscrições. O campeonato é realizado desde 2008 e é aberto exclusivamente aos servidores públicos estaduais. A Copa Cassems tem o objetivo de promover a saúde por meio da prática de esportes. Nessa edição, o campeonato oferecerá quatro modalidades: Livre, Veterano, Feminino e Master. O valor da inscrição é R\$ 400,00, mais cheque caução no valor de R\$ 500,00 e deve ser feita no setor Financeiro da sede da Caixa dos Servidores, em Campo Grande, que fica na Rua Antônio Maria Coelho, 6.065, das 8h às 11h e das 14h às 16h. Além da categoria Master, a novidade desta edição é a necessidade da apresentação de atestado médico para atividade física pelos atletas, no ato da inscrição.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

As quatro modalidades da "11ª Copa Saúde Cassems" obedecem a regras específicas. Para as modalidades Livre e Feminino, os atletas deverão ter idade mínima de 18 anos, completos



O campeonato, que é realizado desde 2008 e aberto exclusivamente aos servidores públicos estaduais, tem o objetivo de promover a saúde

até a data da abertura da competição. Menores de 18 anos, somente com a autorização expressa dos pais ou responsável legal. Para a categoria Veterano, os atletas deverão ter a idade mínima de 40 anos, completos até a data da abertura da competição. Nessa categoria, o goleiro poderá ter idade livre, porém, poderá jogar tão somente nesta posição. Para a categoria Master, os atletas deverão ter idade mínima de 50 anos, completos até a data da abertura da competição. Nessa categoria, o goleiro deve ter 40 anos, completos até a data da abertura da competição, e poderá jogar tão somente nesta posição.

Cada equipe inscrita, independentemente da categoria, terá o direito de inscrever até 20 atletas até o encerramento da primeira fase. O técnico ou responsável pela

equipe deverá enviar a lista dos atletas até, no máximo, 48 horas antes do jogo, via site da Copa Cassems. Na inscrição deverá constar os dados pessoais, foto 3x4 (tipo documento oficial) e atestado médico para prática de atividade física de cada atleta. Em relação à foto 3x4, não serão aceitas imagens com óculos de sol, adornos (bonés, chapéus, etc), com outra pessoa, com animais ou de lado.

Para participar da "Copa Saúde Cassems de Futebol Society", os atletas devem ser associados titulares da Cassems, ou seja, servidores públicos estaduais. Também podem se inscrever beneficiários dependentes naturais, agregados do associado titular e participantes dos quadros permanentes dos municípios de Mato Grosso do Sul. Nesse caso, cada equipe poderá contar

com, no máximo, 3 inscritos nessas condições. Com exceção para a categoria Feminino, que poderá inscrever até 5 aletas nessas condições, além de duas convidadas. Também podem se inscrever para participar do campeonato os colaboradores da Cassems.

Depois de realizada a inscrição, a equipe poderá realizar a troca de um atleta inscrito apenas por motivo de força maior, com autorização da organização do campeonato e mediante requerimento justificando o pedido. Os atletas das categorias masculinas (Livre, Veterano e Master) poderão ser inscritos em até duas categorias, respeitando as devidas faixas etárias de cada categoria.

O coordenador da Copa Cassems, Wilson Xavier Paiva, destaca que a inclusão da categoria



Master é uma solicitação antiga dos participantes do campeonato. "Esperamos um número maior de equipes inscritas, pois teremos como novidade a categoria Master. Essa categoria é uma reivindicação de vários titulares do plano, haja vista

que essas pessoas participam da Copa desde a primeira edição, sendo que agora poderão continuar na competição nessa nova categoria. Esperamos e contamos com a participação dos amantes do futebol bem jogado", afirma.

Delegacias de Miranda e Bodoquena estão em prédios improvisados, afirma Sinpol

II Desde agosto de 2016, quando 11 presos fugiram da delegacia de Miranda, depredando-a, os policiais civis da unidade estão sofrendo com uma série de descasos com a infraestrutura do local. O Sinpol-MS cobrou da administração estadual a reforma e a transferência da custódia de presos, e somente em junho deste ano começou a reforma da unidade. Contudo, a casa onde a delegacia está funcionando temporariamente é inadequada para o trabalho policial e também foi vítima do vandalismo recentemente.

Na quinta-feira (12), o presidente do sindicato, Giancarlo Miranda, e o diretor parlamentar da Feipol, Alexandre Barbosa, estiveram na unidade policial conferindo a situação. “Já oficiamos

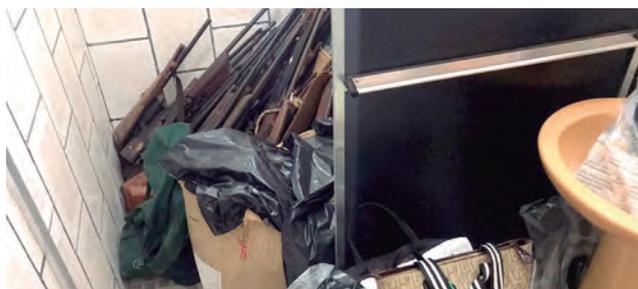


a delegacia-geral solicitando a adequação, porém observamos que

seria necessário transferir a delegacia para um imóvel maior, onde os

departamentos possam ser divididos adequadamente. O imóvel atual é pequeno e não há espaço nem mesmo para guardar os objetos apreendidos que estão empilhados em um banheiro.

Há muito improviso e pouca infraestrutura”, enfatizou Giancarlo. Há salas com resquícios do incêndio, janelas e portas danificadas. A reforma da DP de Miranda teve início, mas está paralisada sem informações do motivo e perspectiva de término.



Sala de vacina vira delegacia

II A delegacia de Bodoquena está funcionando em uma sala de vacina anexa ao Posto de Saúde municipal. O local também improvisado e inadequado, está sendo usado enquanto a unidade policial passa por uma reforma que deve demorar, no mínimo,

mais 60 dias. “É um total descaso com o cidadão e com os policiais civis que precisam de estrutura e segurança para trabalhar”, declarou Giancarlo. O Sinpol-MS relatará ambas as situações para autoridades competentes, cobrando medidas urgentes.



Sinpol cobra da SAD manutenção do abono dos aposentados

II Na segunda-feira (9), o presidente do Sinpol-MS, Giancarlo Miranda, reuniu-se com o secretário-adjunto da SAD, Édio Viegas, para cobrar a permanência do abono dos policiais civis aposentados, que foi concedido durante o governo de André Puccinelli, e que a Ageprev está questionando por ser

de caráter indenizatório. Giancarlo observou que alguns aposentados já não estão recebendo o valor. “O governo estadual havia pactuado que o abono continuaria para os aposentados até que fosse encontrada uma forma de incorporá-lo”, afirmou. O secretário-adjunto admitiu que esse é um compromis-

so do governo e está intercedendo junto à Ageprev e à Procuradoria-Geral do Estado para a manutenção e reposição para aqueles que perderam.

Oportunamente, Giancarlo reiterou a solicitação de aumento das vagas para a promoção funcional deste ano,

especialmente para a primeira classe e a classe especial de todas as carreiras da Instituição. “Constantemente, cobramos da administração a resolução das demandas da categoria e o cumprimento dos compromissos firmados, e jamais desistiremos desse intuito”, concluiu o presidente.



Giancarlo Miranda reunido com Édio Viegas

Fórum dos Servidores se reúne com presidente da Assembleia e solicita retirada do projeto sobre Previdência Complementar

Fotos/Roberta Cáceres

Os coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul, entidade na qual o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário (SINDIJUS-MS) integra — protocolaram na sexta-feira (13) ofício junto ao presidente da Assembleia Legislativa (ALMS), Júnior Mochi, ofício manifestando contrários ao Projeto de Lei Complementar nº 08/2018 que visa a Previdência Complementar dos servidores e solicitando a retirada de tramitação da proposta na Casa de Leis.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

O presidente do SINDIJUS-MS, Leonardo Lacerda, que está como

coordenador do Fórum — em virtude do afastamento do vice-presidente Fabiano Reis para disputar as eleições como deputado estadual —, questionou o encaminhamento desse projeto, de altíssima relevância e complexidade, sem qualquer debate prévio junto aos servidores ou prestação de informações detalhadas.

“Fizemos uma análise preliminar do projeto, o que gerou dúvidas importantes e que precisam ser formalmente esclarecidas. Por isso, nós do Fórum dos Servidores nos reunimos e deliberamos por protocolar esse ofício, que culminou na reunião com o presidente da Assembleia Legislativa. Também requeremos a



Fórum dos Servidores Públicos de MS é contrário ao Projeto de Lei que visa a Previdência Complementar dos servidores

realização de Audiência Pública e posteriormente vamos solicitar reunião com o relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), deputado Barbosinha”, evidenciou Leonardo Lacerda.

Foi manifestada no ofício a falta de previsão orça-

mentária dos recursos milionários que seriam aportados pelo Governo, diagnóstico atual da Previdência; previsão de efeitos da pretendida modificação tanto para o regime complementar quanto para o regime dos servidores que não migrarem ao novo plano; existência de contes-

tações judiciais acerca da validade da Emenda Constitucional 41/2003, por sua votação ter sido resultado de corrupção segundo o Supremo Tribunal Federal (escândalo do Mensalão), entre outros tópicos.

Os coordenadores reivindicam a apresentação do estudo atuarial referente aos impactos das modificações pretendidas pelo Projeto de Lei questionado, incluindo quais os efeitos ao Regime Previdenciário atual ao se diminuir a arrecadação limitando-a ao valor referente ao teto do Regime Geral de Previdência.

Na ocasião, o presidente da Assembleia ressaltou a realização de audiência pública e apresentação de estudo dos impactos sobre as modificações pretendidas. “Estou recebendo as questões trazidas e sugiro uma reunião com a CCJR

(Comissão de Constituição, Justiça e Redação) desta Casa para que os senhores apresentem os argumentos e seja feita a avaliação dos pedidos e também da constitucionalidade do tema”, afirmou Junior Mochi.

Também participaram da reunião Octacílio Sakai Júnior (presidente do Sindetran-MS), Lúcio Nobre (presidente da ACP-MS), Thiago Mônaco (presidente da AME-MS), André Luiz Santiago (presidente do Sinsap-MS), Ademar Castilho (presidente do Sinder-MS) e Claudio Sousa (secretário-geral do Fórum dos Servidores).

Além de protocolar o ofício na Assembleia Legislativa, foi protocolado também na Governadoria do Estado de Mato Grosso do Sul, ao governador Reinaldo Azambuja que encaminhou o projeto na Casa de Leis.



Os coordenadores reivindicam a apresentação do estudo atuarial referente aos impactos das modificações pretendidas

A destruição da Previdência Estadual, fase 2

II Sindicalistas ligados ao Fórum Estadual dos Servidores Públicos do MS estiveram pela manhã de sexta-feira (13), em reunião com Júnior Mochi (MDB), Presidente da Assembleia Legislativa Estadual.

As lideranças pressionam para evitar mais um ataque à previdência do funcionalismo público do estado.

Em ofício, o Fórum dos Servidores reivindica a suspensão imediata da proposta de Lei Complementar nº 08/2018 que visa os servidores que recebem acima do teto, para outra modalidade de previdência. Caso aprovada, esta proposta de lei vai retirar aportes na Ageprev (Agência

da Previdência Social de Mato Grosso do Sul) que é a responsável pela gestão da previdência pública dos servidores estaduais.

Conforme Ricardo Bueno, Presidente do Sintss-MS, “após comprovado erro do governo estadual, com as alterações na previdência do ano passado, ato que gerou perdas para os servidores, agora recebemos mais esta notícia sem qualquer diálogo. Nós queremos a suspensão da tramitação desta proposta de previdência complementar, ela também é cancerígena para o povo de MS, uma vez que poderá forçar o estado a retirar dinheiro de serviços importantes à população, para cobrir

a previdência.

“Esperamos que o Deputado Barbosinha, Presidente da CCJR, observe legalmente as consequências deste projeto, não pensando apenas em gestão de governo e sim, em gestão de estado”, concluiu Bueno.

Esta ação faz parte de um processo de desmonte da previdência, que pari passu, compõe o cenário da mercantilização das políticas sociais.

A proposta em tela contraria o princípio da seguridade social inclusiva e abrangente, duramente conquistado pelo povo brasileiro e que segue sendo ameaçado ano após ano pelo neoliberalismo.

Antecedentes

O governo ilegítimo de Michel Temer anunciou no dia 19 de fevereiro deste ano que retirou da pauta a votação do famigerado projeto de reforma da previdência.

Neste sentido o Fórum dos Servidores de Mato Grosso do Sul questiona na justiça federal os argumentos utilizados pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul e a aprovação da lei pela Assembleia Legislativa Estadual, que promoveu alterações no regime da previdência estadual.

Deputados Estaduais, alinhados com o governo de Reinaldo Azambuja, defendiam a “simetria”

com a reforma da previdência do Temer, sem que esta sequer tivesse sido votada pela Câmara Federal.

Em meio a um palco de guerra, patrocinado pelo governo estadual, com direito a tropa de choque, cavalaria e bombas contra os servidores públicos, a Assembleia Legislativa Estadual aprovou no dia 28 de novembro de 2017, em segunda votação, alterações no regime de previdência do funcionalismo público do estado.

Uma das medidas mais criticadas pelos sindicalistas, foi o “sequestro” de aproximadamente R\$ 400 milhões, realizado através da unificação

do Plano Financeiro (deficitário) e do Plano Previdenciário (superavitário).

Na prática o governo utilizou estes recursos, duramente economizados pelos servidores públicos estaduais, para pagar salários e quitar gastos da máquina pública, que são suas obrigações.

O Projeto de Lei nº 253/17, que alterou o regime de previdência dos servidores, também afetou os servidores públicos que recebem mais de R\$ 5,3 mil, aumentando sua contribuição previdenciária de 11% para 14%, que está sendo alvo ações judiciais que buscam barrar estas cobranças.

Assediado por vários partidos, Tenente Monaco deve decidir nos próximos dias em qual legenda se filiará

II Com proximidade do pleito eleitoral, os pré-candidatos a cargos eletivos iniciam uma corrida contra o tempo na preparação da futura campanha, que se inicia em breve. Com prazo final para realização das convenções se aproximando, há pré-candidatos que são militares da ativa que ainda não definiram em qual legenda devem se filiar. Isso ocorre porque militares não podem ser filiados a partidos políticos, salvo quando disputam eleições e neste caso devem se filiar no

período de realização das convenções.

Esse é o caso do Tenente Monaco. Policial militar há quase 20 anos, Tenente Monaco tem despontado entre nomes dos pré-candidatos a deputado federal como uma nova liderança.

Pesquisa divulgada recentemente pelo Instituto Ranking mostra nome do Tenente Monaco entre os pré-candidatos a deputado federal por Mato Grosso do Sul. Se resolver se candidatar, esta será a

primeira vez que o tenente disputará uma eleição.

Entretanto, embora tenha recebido convite de diversos partidos, o Tenente Monaco ainda não definiu em qual sigla se filiará. Isso porque Tenente Monaco é policial militar e militares têm até prazo final das convenções partidárias para se filiar.

Entre os partidos que mostraram interesse em ter o tenente como filiado, está o PHS (Partido Humanista da Solidariedade)

que tem crescido em Mato Grosso do Sul e fortaleceu seu quadro partidário com as recentes filiações no período da janela partidária.

“Nosso projeto de pré-candidatura é coletivo, por isso, estamos analisando as opções que se assemelham com nossos objetivos para Mato Grosso do Sul. Nossa preocupação é com Estado, com a família, com o cidadão de bem. É garantir o cumprimento da lei e os direitos do cidadão.”



Tenente Monaco é Policial Militar de MS há quase 20 anos

Sindetran-MS aciona a Justiça e Detran terá de nomear servidores efetivos para cargos de chefia

II A 2ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos de MS determinou no último dia 29 de junho que o Detran deverá preencher 50% de seus cargos de chefia e direção com servidores do quadro de carreiras, ou seja, aprovados em concurso. A decisão foi publicada no Diário da Justiça.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Essa ação foi impetrada pelo Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS), que alegou que dos 145 cargos comissionados de direção e chefia, apenas 34 são ocupados por agentes de fiscalização e gestão de atividades de trânsito, quando o número previsto em Lei seria 73 cargos. “Essa é uma conquista muito importante para o Sindetran-MS, que só conseguimos através da justiça. O devido cumprimento da Lei é primordial para qualquer administração e nesse caso, o cumprimento da Lei fortalece o servidor de carreira do Detran”, afirma o presidente do Sindetran-MS, Octacílio Sakai Junior.

O Detran chegou a alegar que servidores do quadro não aceitariam os cargos em comissão em pequenas cidades do interior do estado,



‘O cumprimento da Lei fortalece o servidor de carreira’, afirma o presidente do Sindetran-MS, Octacílio Sakai

por não acharem vantajoso. Porém não houve apresentação de provas para essa alegação, nem apresentação do número de cargos em comissão existentes nas grandes cidades, que são ocupados por pessoas de fora do quadro. Com isso, o juiz David de Oliveira Gomes Filho indeferiu em favor do Sindetran-MS. “Nosso Sindicato acredita que essa medida deve ser mais econômica para o Estado. Ao diminuir a influência política dentro do órgão e ter à frente de cargos de chefia um servidor de carreira, podemos esperar menores ingerências e ações de interesses escusos”,

explica Sakai.

A Lei Estadual n. 3.841/09, que organiza o Plano de Cargos e Carreiras do Detran e prevê que metade dos cargos de chefia do Detran-MS devem ser preenchidos por efetivos. Para o Sindetran-MS, o devido cumprimento da Lei vai fortalecer os servidores de carreira. “Essa conquista é um estímulo à qualificação profissional na área de gestão e pode ser um mecanismo de valorização do servidor efetivo, que terá a oportunidade de implementar novos métodos e participar da gestão do órgão”, enfatiza Sakai.

Após pedido do Sindicato, Detran cria Setor de Fiscalização de Trânsito

Na quinta-feira (12), o Detran apresentou o Setor de Fiscalização do órgão, que será chefiado pelo servidor de carreira André Canuto. O setor é uma antiga reivindicação (desde 2016) do Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS) junto a administração do órgão e ao governo do estado. “Estamos felizes com mais essa vitória do Sindetran-MS”, afirmou o presidente do Sindicato, Octacílio Sakai Junior.

A criação do Setor de Fiscalização do Detran é uma ação conjunta para a redução do número de mortes e lesões no trânsito. Os primeiros

dados divulgados pelo setor demonstram que nos primeiros 30 dias de ação dos agentes do Detran, foram anotados 69 autos de infração, como motoristas flagrados circulando pelas ruas sem CNH, criança em motocicletas sem capacete e condutores dirigindo sem cinto de segurança.

Segundo o servidor André Canuto, o setor da fiscalização atua diretamente em parceria com o efetivo do batalhão da PM de trânsito, com a assessoria militar e ainda com agentes de fiscalização da Agetrans. A fiscalização vai acompanhar os milita-

res em blitz e também em ações educativas. Inicialmente, o trabalho será feito somente no trânsito de Campo Grande. “Esse setor contribuirá para a melhoria de qualidade na vida da população. Esse será o investimento em salvar vidas”, comentou Sakai.

O presidente do Sindetran-MS ainda enfatizou que o Setor de fiscalização garante o desenvolvimento e valorização da categoria. “Além de contribuir para qualidade de vida no trânsito, o setor fortalece a categoria de servidores do órgão e garante a qualificação dos servidores”, finalizou Sakai.



A reivindicação, feita em 2016, foi atendida pela diretoria

INSCRIÇÕES ATÉ 3 DE AGOSTO

WWW.CASSEMS.COM.BR/COPASAUDE

iris

ANS - nº 413534

Abertura

19 de
agosto,
às 8h

Local: Clube de Campo da ACP

Rua Cap. Airton P. Rebouças, 1.207-1.373
Jardim São Conrado - Campo Grande/MS

COPA SAÚDE

CASSEMS
FUTEBOL SOCIETY

MUITA
GARRA,
PAIXÃO
ENERGIA
EM
CAMPO

11ª EDIÇÃO
MASCULINO E FEMININO

CATEGORIAS:

Masculino master

(idade: 50 anos completos)

Masculino veterano

(idade: 40 anos completos)

Masculino livre

(idade mínima: 16 anos com
autorização do responsável legal)

Feminino livre

(idade mínima: 16 anos com
autorização do responsável legal)

CONGRESSO TÉCNICO

13 DE AGOSTO, ÀS 17H30

Auditório do Hospital Cassems de Campo Grande
Av. Mato Grosso, 5.151 - Carandá Bosque - Campo Grande/MS

VALOR:

R\$ 400,00

+ CHEQUE CAUÇÃO

DE R\$ 500,00



CASSEMS®

Sempre à frente, cuidando de você.